

## ESTRATÉGIA PARA O ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Lisiane Maria da Silva<sup>1</sup>  
Janceuvanes Lopes de Almeida<sup>2</sup>  
Vilani Ferreira Feitosa Amaral<sup>3</sup>  
Orientadora: Darcy Ferreira de Carvalho<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como tema central as estratégias para o ensino de libras na educação infantil. A inclusão deste aluno é concebida pela escola, mas sua realização depende de um novo olhar ao sistema escolar e principalmente da concepção de inclusão nas instituições e pelos profissionais da educação. O objetivo geral é identificar os desafios para a inclusão social dos alunos com deficiência auditiva no sistema regular na educação infantil. Os objetivos específicos são, mostrar como acontece a socialização e interação do aluno com necessidades especiais na comunidade escolar; compreender de que modo a educação inclusiva é inserida no projeto da escola na garantia do processo de ensino e aprendizagem; verificar os desafios enfrentados pelo professor no processo de inclusão da criança com surdez na educação infantil. A pesquisa apresentada caracteriza-se em pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Este processo é executado a partir de uma análise crítica dos materiais disponíveis nas bases de dados (SCIELO, LILACS) como artigos científicos e extração do conteúdo que tem maior interesse para o estudo utilizando as devidas referências dos respectivos autores. Os principais autores que fundamentaram este trabalho foram Brasil (2002), Fernandes (2004), Damásio (2005), Almeida (2012), e outros. Os resultados obtidos apontam a necessidade de refletir sobre as estratégias de ensino adotadas pelos professores, no sentido de incluir os alunos com necessidades especiais nas atividades teóricas e práticas em sala de aula.

**Palavras-chave:** Estratégia. Língua Brasileira de Sinais. Educação infantil.

### INTRODUÇÃO

A educação de crianças com necessidades especiais tem evoluído muito e ao longo dos tempos, vários métodos têm sido aplicados na educação dos mesmos, tudo isso para que essas crianças possam ter uma educação de qualidade e consigam adquirir os conhecimentos necessários.

No ano de 1961, o Atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB,

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPI, [vilaniamaral2012@gmail.com](mailto:vilaniamaral2012@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade FAIBRA, [lopesjance@gmail.com](mailto:lopesjance@gmail.com).

<sup>3</sup> Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pelo ISEPRO E-Mail: [lisianesilva16@outlook.com](mailto:lisianesilva16@outlook.com).

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Castelo Branco-UCB, [edidarcy@hotmail.com](mailto:edidarcy@hotmail.com);

Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

O Interesse em escrever sobre a temática se deu em virtude da curiosidade em aprender como se dá as estratégias para o ensino de libras no processo de aprendizagem das crianças na educação infantil proporcionando a aprendizagem dos mesmos. Diante disso, justifica-se o tema mostrando a importância do professor como facilitador da aprendizagem, onde os mesmos proporcionar os meios necessários para efetivação de uma educação de qualidade para o aluno com deficiência auditiva.

A problemática que norteou este estudo foi a seguinte: Como a educação inclusiva tem sido implementada na escola de ensino regular para garantir a aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva?

O objetivo geral é identificar os desafios para a inclusão social dos alunos com deficiência auditiva no sistema regular na educação infantil. Os objetivos específicos são, mostrar como acontece a socialização e interação do aluno com necessidades especiais na comunidade escolar; compreender de que modo a educação inclusiva é inserida no projeto da escola na garantia do processo de ensino e aprendizagem; verificar os desafios enfrentados pelo professor no processo de inclusão da criança com surdez na educação infantil.

A metodologia aplicada neste trabalho foi uma análise bibliográfica veiculadas em artigos, livros e internet, com uma abordagem de natureza qualitativa. Os principais autores que fundamentaram este trabalho foram Brasil (2002), Fernandes (2004), Damásio (2005), Almeida (2012), e outros.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para futuras pesquisas mostrando assim a importância da educação inclusiva, levando aos futuros estudantes a conhecer um pouco mais sobre a inclusão e a sua importância nos primeiros anos de vida para alunos com necessidades especiais.

## **2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

A história da educação dos surdos surgiu aproximadamente 2000 a 1500 a.C. Durante esse período surgiram vários pensadores, educadores, historiadores, como Aristóteles, padre Beneditino que iniciou a educação para as crianças surdas através da língua de sinais, Juan

Pablo Bonete, que publicou o primeiro livro sobre a educação dos surdos no ano de (1620), Abbe Chalés Michel de L’epée (1712-1789), que fundou a primeira escola para surdos-mudos, Samuel Heinick (1579), que ensinava uma educação voltada para o Oralismo.

No início do século XVI temos registros das experiências do médico pesquisador italiano Gerolamo Cardano, que viveu no período de (1501-1876), o qual “concluiu que a surdez não prejudicava a aprendizagem, uma vez que os surdos poderiam aprender a escrever e assim expressar seus sentimentos” (JANNUZZI, 2004, p.31).

O sujeito surdo sempre foi discriminado em decorrência dos conceitos e as representações acerca da surdez, pois ao longo da história vem sofrendo com a decorrência e a incapacidade de se comunicar com outras pessoas. (JANNUZZI, 2004).

Os trabalhos de Danielle Bouvet e de Thomas Galhadet (1815) deram embasamento a essas filosofias, pois acreditavam que com o oralismo e o bilinguismo as pessoas com deficiência auditiva podem ter uma educação, pois nunca aceitaram a imposição do congresso de Milão e nem suas mudanças na metodologia oral. Com o bilinguismo, espera que o sujeito surdo possa se comunicar fluentemente com sua língua (a língua de sinais). Assim propicia-se o desenvolvimento linguístico de cada sujeito surdo, facilitando assim a aprendizagem e o entendimento para a leitura e compreensão do mundo.

No ano de 1880 na Itália (Milão) aconteceu o congresso mundial de surdos da Europa e Estados Unidos, onde surgiu o império oralista, onde as pessoas que fizessem o uso simultâneo da fala e dos sinais eram consideradas uma desvantagem, impedindo o desenvolvimento da fala da leitura. (SALERNO,2006).

No ano de (1960), foi criada por Willian Stocke, a filosofia da comunicação total, onde ele estudava os surdos de pais surdos e surdos com pais ouvintes, os educadores se preocupavam com a qualidade de ensino que era lhes dada aos surdos e viram que os alunos de pais surdos se saíram melhor na pesquisa.

A partir daí iniciou-se vários estudos sobre a língua de sinais, pois vem ao longo dos tempos se tornando um meio de comunicação entre pessoas surdas, e está adquirindo uma maior visibilidade entre a sociedade, apesar de LIBRAS serem conhecida como uma língua difícil de falar, estar derrubando barreiras nas escolas de ensino regular, transmitindo a linguagem a crianças surdas de forma contextualizadas, possibilitando assim uma melhor compreensão de mundo para esses alunos.

Atualmente, vive-se em uma sociedade letrada onde é indispensável o domínio da língua e da escrita, de ter acesso à nossa cultura, aos aspectos sociais e econômicos. A

Legislação brasileira garante que pessoas com necessidades especiais frequentem nas instituições de ensino a falta de recursos para estes alunos ser atendidos adequadamente.

Várias leis foram criadas para darem mais sustentabilidade aos deficientes auditivos, sejam sociais, educacional, trabalhista e outras, pois a lei através de uma legislação garante a prática pedagógica aos surdos na sociedade. Ativando a inclusão educacional, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº10. 048/00 e nº 10.098/00 fixando normas e critérios para promover a acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.( BRASIL,2000). Nesse âmbito, o Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades, é expandido com a finalidade de realizar o acesso urbano e apoiar atitudes que garantam o acesso universal aos espaços públicos.

Durante todo esse processo de aceitação, somente em 22 de abril de 2002 que a LIBRAS se tornou uma língua oficializada pelo Congresso Nacional do Brasil. Porém a luta pelos direitos dos surdos é longa, mas não é impossível. ( BRASIL, 2002). Pois o educador antes de tudo precisa entender a educação dessas pessoas com necessidades especiais e suas filosofias, para que ele possa dar um aprendizado de qualidade a esses alunos introduzindo-os desde cedo a sua língua materna.

A LIBRAS deve ser inserida em todos os cursos e principalmente nas licenciatura, como disciplina curricular obrigatória na formação de professores, para que possam transmitir um bom conhecimento aos alunos surdos, pois os professores que trabalham com a educação especial, devem estar sempre preparados e se atualizando para que possam receber alunos com necessidades especiais.

## 2.1 As dificuldades da comunicação dos surdos no Brasil

No Brasil há milhões de pessoas surdas que sofrem com essa deficiência auditiva, tendo dificuldades de acessibilidades no seu dia a dia, e até mesmo no trabalho e na escola, pois a realidade que vivemos no nosso país é totalmente diferente, nem todas as escolas estão preparadas para receber e oferecer uma educação inclusiva de qualidade para nossos alunos.

De acordo o censo do BGE (2010), foi feita em sites da internet, existem hoje no nosso país mais de 10 milhões de pessoas com deficiência auditiva, 20% são completamente surdas. Para derrubar essas barreiras foi criada a linguagem de sinais (LIBRAS), com a lei n 10.436 de 2002, que tornou a língua Brasileira de sinais como a segunda língua oficial do Brasil, reconhecendo como meio legal de comunicação e expressão, bem como outros recursos de expressão a ela associadas, pois muitos brasileiros ainda não têm conhecimento

sobre a inclusão social. Tudo isso por falta da comunicação e interação dos surdos com ouvintes, causando barreiras entre eles, afetando muito mais o sujeito surdo que precisa da atenção, compreensão e de ajuda para enfrentar as dificuldades encontradas por eles no seu dia a dia e assim continuarem lutando pelos seus direitos.

A sociedade faz uma representação da deficiência que interdita as atividades sociais em que o sujeito poderia se engajar e que isso reflete a intolerância social. Para que se possa mudar o paradigma é necessário que se compreenda que o surdo faz parte de um grupo linguístico minoritário que o retira da classificação de deficiência e, conseqüentemente, do outro lado da moeda: o de handicap. Apenas assim é que se poderá possibilitar a diminuição do preconceito e haverá a possibilidade real de uma organização social que permita que uma inclusão verdadeira ocorra.

Segundo Quadros (1997), explica que a língua de sinais apresentam-se de forma diferente das línguas orais auditivas. São línguas espaços visuais, ou seja, sua realização não é estabelecida através do canal oral auditiva, mas por meio da visão e da utilização do espaço, articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. A língua de sinais, ao contrário do imaginário de muitos, não são simplesmente gestos soltos que os surdos utilizam para se comunicarem. São línguas com estruturas gramáticas próprias, assim como as demais línguas. (FERNANDES,2004).

Neste sentido, vale ressaltar a importância da sociedade em entender que a língua brasileira de sinais não é apenas um mito ou mímicas, mas sim uma segunda língua, que pode e deve ser usada por qualquer pessoa independentemente da sua incapacidade de se comunicar com outros ouvintes.

## 2.2 Direito e leis do ensino e aprendizagem em libras

As LIBRAS se tornou um meio legal de comunicação e expressão dentro da sociedade, garantida pela lei 10.436/02 de 24 de abril de 2002, onde crianças, jovens e adultos possam ser matriculadas dentro de escolas comuns, tendo recursos e meios para que eles possam enfrentar as dificuldades na aprendizagem e no seu desenvolvimento linguístico, afetivo e cognitivo.

A língua de sinais vem ao longo da história sendo reconhecida como caminho necessário para a educação dos alunos portadores de deficiência auditiva, oferecendo um melhor atendimento escola a esses alunos, sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito. Com a Lei 10.436/02, a comunidade surda passa a ser integrada dentro do

sistema regular de ensino, sendo necessário um estudo detalhado sobre o ensino e aprendizagem desses educando.( BRASIL, 2002).

A educação ao longo do tempo passou por diversas mudanças no ensino, principalmente após a oficialização das LIBRAS. O processo de inclusão destes alunos pelos direitos de ter uma educação de qualidade é constante e já reflete importantes resultados no processo de inclusão. Uma das conquistas foi à promulgação da Lei 10.436/02 e o Decreto n 5.626/05, que dar o direito a pessoa surda a frequentar escolas comuns junto com os demais alunos e a LIBRAS como disciplina curricular obrigatória.

A comunidade surda, a garantia pelos seus direitos no que se refere à educação e sua trajetória, nos mostra o quanto é difícil o processo de ensino e aprendizagem na inclusão destes alunos, pois a luta pelos direitos de ter uma educação de qualidade. Neste aspecto Fernandes afirma:

Os direitos dos surdos são alcançados cada vez mais na busca por inclusão nas escolas, foi ganhando força a cada nova Lei, que garante o reconhecimento das LIBRAS como disciplina curricular obrigatória oferecida aos professores nos cursos de licenciatura como meio oficial para que pessoas surdas possam e devem ser reconhecidas dentro da sociedade como cidadão que tem seus valores, direitos e deveres, assim como a Lei 10.436/02 e o Decreto n 5.626/05 propunha. (FERNANDES, 2004.p.79).

Os documentos legais não garantem somente o direito a educação de qualidade aos surdos, mas sua efetiva participação dentro da comunidade de ouvintes, tendo dispositivos que apresentam ações que os favoreçam de forma geral em todo o Brasil. Diante dessas ações, elas não podem ser vistas de maneira isoladas, mas sim de forma contextualizadas dentro da sociedade, para que a população surda tenha o interesse de se organizar de forma a levantar questões relevantes para o avanço linguístico e cognitivo dessas pessoas.

Foi apenas em 1994 que, finalmente, os ventos começaram a mudar com a Declaração de Salamanca da ONU/UNESCO, firmada à época pelo Brasil e mais de 80 países. O documento Declaração de Salamanca nos fala:

“Reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providencialmente de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Com o respaldo da Declaração de Salamanca e, a partir de 1994, da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, a luta de muitos profissionais e famílias pela inclusão escolar passou a se intensificar.



Para se adequar às novas legislações, o Ministério da Educação (MEC) lançou, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) na perspectiva da educação inclusiva, criada para assegurar o acesso ao ensino regular a alunos com deficiência intelectual, física, auditiva ou visual, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, desde a educação infantil até a educação superior.

### **3. O ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Na atualidade a inserção de alunos surdos no ensino regular é uma necessidade básica para esse público. Neste contexto, pode-se afirmar que conhecer e instigar como se dá a formação dos professores de libras, e quais as suas características para uma boa atuação docente nas escolas regulares de ensino.

O ensino de LIBRAS na educação é uma forma de incluí-lo como indivíduo surdo tem sua importância no meio social, afinal o que difere do restante da sociedade é a forma de como se comunica, e como a inclusão social é essencial para qualquer cidadão e torna-se imprescindível superar o déficit auditivo. Neste aspecto podemos observar que Almeida diz:

A utilização da Libras vem colaborar para a inclusão social dos surdos desprezando qualquer forma de discriminação e preconceito com esse grupo, que ao longo da história sofreu com a ignorância e visão errônea dos ouvintes que observava a surdez como deficiência que deveria ser tratada clinicamente com intuito de superar o déficit auditivo. (ALMEIDA, 2012, p. 8).

A inclusão não depende apenas do professor, mas sim de todos a sua volta, desenvolvendo assim um trabalho adequado a cada criança sempre visando ressaltar o que elas têm mais facilidade e usar como ponto positivo em sua aprendizagem.

A educação de crianças com necessidades especiais tem evoluído bastante ao longo do tempo. Vários métodos tem sido aplicados para que essas crianças possam se desenvolver com qualidade e consigam adquirir os conhecimentos necessários para viver em sociedade.

Por tanto é de fundamental importância que a criança surda tenha a oportunidade de se desenvolver trabalhando as diversidades na tentativa de construir um novo conceito de processo ensino-aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter excludente, de modo que seja incluída neste processo a língua de sinais. Segundo Passos nos mostrar:

Ao permitir que a criança surda tenha a oportunidade de se desenvolver da forma que as crianças ouvintes, estará se respeitando sua língua, sua diferença. Não se pode mais negar aos surdos o direito de ser parte integrante e participativa de nossa sociedade. Além disso, para que o surdo possa desenvolver-se, não basta apenas

permitir que use sua língua, é preciso também promover a integração com sua cultura, para que se identifique e possa utilizar efetivamente a língua de sinais. (PASSOS, 2012, p.10).

Neste sentido, para que o surdo se desenvolva, não basta apenas permitir que use sua língua, o professor dentro de sala de aula precisa proporcionar a integração e socializar do aluno dentro da sala de aula. O ensino de libras na Educação Infantil é uma maneira de se conectar como uma pessoa com deficiência auditiva em sala de aula.

A perda auditiva tem um significado muito importante para esse público. Uma lição importante é que porque nos comunicamos e porque a comunicação é tão importante para todos os cidadãos, temos o mesmo acesso a outras disciplinas, que é uma linguagem na qual podemos interagir com o público em geral.

O processo de socialização dessas crianças com deficiência é muito difícil, pois o mesmo acontece de forma gradativa, de acordo com a recepção e a inserção dos mesmos. Fazer com que eles se sintam hábeis e capazes de realizar tarefas e de participar das atividades que acontecem na escola, é fundamental nesse processo de socialização, pois só assim pode-se proporcionar confiança e autoestima nessas crianças.

É preciso que os professores saibam se portar diante de cada necessidade educacional, inclusive do que tem necessidades especiais. Todos os alunos devem ser vistos como capazes e suas peculiaridades durante o processo de escolarização não devem ser transformadas em deficiências ou características pejorativas. Situações de preconceito e estigma devem ser banidas no âmbito escolar, principalmente com relação a capacidade do aluno de participar das atividades de escolarização.

As escolas de ensino regulares para crianças e jovens, antes de tudo, também devem estar preparadas para receber estes alunos, disponibilizando bons recursos para uma melhor aprendizagem, um espaço amplo e confortáveis e profissionais que estejam capacitados a trabalhar com crianças especiais, que tenham um bom método ensino, para que a educação seja a mesma para todos buscando soluções para as dificuldades que eles encontraram ao longo de sua vida.

Pois tanto as escolas como as instituições de ensino precisam se adaptar as necessidades de cada aluno, buscando sempre trazer novas informações, conteúdos e inovações para eles, só assim se sentiram seguros no seu âmbito escolar.

### 3. 1 As praticas do ensino da libras para crianças surdas



As escolas, elas não estão mesmo preparadas para recebê-los. Entretanto, se for esperar que ela se prepare literalmente, esta inclusão demorará ainda mais para ocorrer. É que preciso que as escolas deem o primeiro passo para o processo de inclusão, que é aceitar que ele se matricule. Depois, a escola poderá lutar juntos aos Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES) as condições básicas para o atendimento dos mesmos, como é o caso de tradutores de LIBRAS e Braile, para deficientes auditivos e visuais respectivamente, entre outros.

O uso da Língua de Sinais na instituição escolar é de fundamental importância para que ocorra realmente uma transformação nas condições de ensino ofertadas pelas escolas no suporte escolar destes educando até o no processo de comunicação surdo. Conforme Damásio:

A Libras, a Língua Brasileira de Sinais, possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza enquanto instrumento comunicativo, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence (DAMÁSIO. 2005. p.61).

A Língua Brasileira de Sinais tem inúmeras riquezas linguísticas do mesmo modo que a língua oral, ela possibilita, várias alternativas de formação é essencial no ensino-aprendizagem do aluno surdos.

Quando falamos sobre inclusão, o primeiro passo deveria ser a reflexão dos educadores e dos profissionais atuantes na área. Partindo sempre da premissa de que a atualização contínua, estudos e aprimoramentos são fundamentais para a prática inclusiva. O que se vê comumente nas escolas é o cumprimento da lei, no sentido de aceitar o aluno, porém negligenciando suas particularidades e demandas. As práticas não são fixas, elas devem ser reformuladas de acordo com cada aluno.

Nas atuais práticas pedagógicas, os professores têm por tarefa construir competências, buscar novos conhecimentos, respeitar os alunos de forma que as necessidades desses sejam acompanhadas de forma única e diferenciada.

As mudanças não são fáceis e precisam de investimentos, e devem ter diversas pessoas envolvidas e não somente o professor. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica e o define como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

O decreto obriga a União a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento da modalidade. Além disso, reforça que o AEE deve estar integrado ao projeto pedagógico da escola, ou seja, para essa mudança acontecer, além de

investimentos, necessitaria também de trabalho em conjunto entre professores e equipes multiprofissionais, que acompanharia as crianças de forma adequada conforme a necessidade de cada uma.

A comunicação por meio de Libras é fundamental, pois a mesma proporciona uma melhor compreensão e facilita a comunicação entre surdos e ouvintes. Neste sentido, a comunicação por meio de libras na escola precisa dar suporte educacional para esses alunos tenham seus direitos garantidos. Conforme Fernandes afirma que:

A comunicação é sem dúvida, o eixo da vida do indivíduo, em todas as suas manifestações como ser social. É oportuno, pois, reconhecer a necessidade de novos estudos que sirvam de suporte a métodos educacionais e ofereçam as comunidades surdas melhores condições e de exercerem seus direitos e deveres de cidadania. (FERNANDES 2000, p.49).

As escolas de ensino regulares da rede pública de educação, junto com as instituições e todo o corpo docente que compõem uma escola devem estar preparadas para receber qualquer tipo de aluno, seja qual for a sua deficiência, pois devem ser vistas como um novo paradigma para a educação do Brasil fazendo com que o aluno surdo alcance a sua própria autonomia em sua vida social.

As famílias devem estar presentes em todas as etapas desse processo de aceitação, para que se tenha diálogo, trocas de experiências e o respeito mútuo, pois é na família que o indivíduo tem primeiras relações sociais que as pessoas formam conhecimentos de ética e valores. Neste aspecto Johnson afirma:

Surdos e ouvintes são atores sociais que estão, constantes transformações, interagindo uns com os outros em contexto cultural associativos. É através das relações sociais que as pessoas formam conhecimentos das regras de conduta necessária para viver em sociedade. Na interação social, percebemos outras pessoas e situações sociais, e baseando-nos nelas, elaboramos ideias sobre o que é esperado e os valores crenças e atitudes que a ela se aplicam. (JOHNSON, 1997, p. 131).

Assim, as relações sociais entre surdos e ouvintes pode gerar dificuldades de entendimento, pois os surdos fazem uma leitura visual, ao passo que os ouvintes guiam-se muito mais pela audição.

As dificuldades encontradas são inúmeras ainda, que prejudicam diretamente o surdo no seu aprendizado e no entendimento das disciplinas escolares. Assim, gerando dificuldades de entendimento entre os surdos e ouvintes, pois ambos se fazem usos de diferentes línguas, contudo deve se fazer presente o respeito em todas as relações sociais.

O processo de inclusão é amplo, as sociedades junto com as escolas precisam trabalhar a respeito sobre o que realmente é a inclusão e como ela acontece em uma determinada sociedade. Pois é de suma importância saber a real diferença entre a inclusão e a exclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais dentro de uma determinada comunidade, conhecendo como funciona o processo educativo para a alfabetização dos surdos e através disso fazer uma reflexão sobre a educação, no sentido de aprimoramento e crescimento em relação aos seguimentos populacionais.

Quando escolhemos falar sobre uma diferença nos mostra que é preciso pensar na diversidade e na acessibilidade existente do outro, devemos pensar em inclusão não como algo único e sim de forma geral. As políticas educacionais, descreve-se uma escola que se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus alunos.

#### **4. METODOLOGIA**

A metodologia aplicada neste trabalho foi uma análise bibliográfica veiculadas em artigos, livros e internet, com uma abordagem de natureza qualitativa e documental.

Podemos conceituar a pesquisa bibliográfica como a busca de informações bibliográficas, onde ocorre à busca de documentos que de certa forma se relacionam com o problema de pesquisa, bem como o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente usadas na identificação do material referenciado ou até mesmo na bibliografia final. Segundo (RICHARDSON, 1999), a pesquisa bibliográfica é o passo inicial na construção efetiva do processo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado..

Esse tipo de pesquisa é essencial para que o pesquisador tenha uma explanação do tema em que a mesmo abordará, pois a pesquisa bibliografia proporcionar uma expansão do que se pode tomar por conhecimento sobre a pesquisa e ao mesmo tempo torna-se base, pois aqui serão estudados teóricos que viabilizam o conhecimento de estudos desenvolvidos sobre o tema em questão e, por conseguinte obter uma fundamentação teórica plausível.

Em suma é o primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica com a finalidade de redundar o tema revisando a literatura, ou seja, uma busca do que existe sobre determinado assunto, e o conhecimento de diversos autores que tratam do tema. Podemos observar que esse tipo de pesquisa favorece contato do investigador no contexto a ser pesquisado.

A pesquisa qualitativa permite a investigação na construção da realidade com a coleta de dados, nesse sentido possui várias definições, sendo a mesma exploratória permite a participativa direta com o objeto investigado. Segundo Richardson nos diz que:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos. (RICHARDSON,1999, p.13).

Este processo foi executado a partir de uma análise crítica dos materiais disponíveis nas bases de dados (SCIELO, LILACS) como artigos científicos e extração do conteúdo que tem maior interesse para o estudo utilizando as devidas referências dos respectivos autores. Para coleta dos dados foi utilizado um instrumento padronizado, no qual as informações dos artigos foram organizadas. As informações coletadas foram categorizadas em: item, ano, primeiro autor, título, objetivo e conclusão.

Os resultados obtidos foram selecionados pela leitura dos seus resumos. Nesse caso o propósito deste aprendizado, efetuou-se à pesquisar, na íntegra, dos textos, para imediata execução. No total, foram utilizadas referências para a elaboração deste trabalho, organizando constantemente os interesses da argumentação pretendida.

## **5 RESULTADOS E DISCURSOES**

Esse estudo buscou-se analisar e discutir sobre as estratégias para o ensino de libras na educação infantil, notando como as instituições lidam com a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Atualmente a escola tem enfrentado desafios na inserção de crianças com deficiências, sobretudo em atender as diretrizes legais. ensino de LIBRAS na educação é uma forma de incluí-lo como individuo surdo tem sua importância no meio social, afinal o que difere do restante da sociedade é a forma de como se comunica e inclusão social.

O Decreto de nº 5.626/05, que normatiza a Lei nº 10.436/ 2002, firmando o acesso à escola dos alunos surdos, organiza em sua grade curricular incluindo Libras como disciplina complementando a formação e a certificação do professor, instrutor e tradutor/interprete de Libras, sendo que o ensino da Língua Portuguesa é caracterizado como a segunda língua para os surdos e a instituição da educação bilíngue no ensino regular.

Segundo as políticas educacionais, descreve-se uma escola que se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus

alunos. O sistema de ensino para garantir a inclusão escolar dos alunos com alguma necessidade Educacional Especial. De acordo com Brasil:

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino, transversalidades da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior, oferta do atendimento nas salas de atendimento especial (AEE). (BRASIL, 2008, p. 23).

Muito já foi feito para que as crianças com algum tipo de deficiência possam ter uma educação digna e o direito de frequentar as escolas regulares, porém muita coisa precisa melhorar, mudar, nossas escolas devem tá adaptadas de acordo com as necessidades de cada um e os educadores precisem saber trabalhar com essas crianças, respeitando claro as limitações desses alunos respeitando claro as limitações desses alunos.

A educação, garantindo o acesso, a permanência no ensino regular e principalmente o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, encorajando-os seu ingresso nas escolas públicas. Conforme Brasil afirma que:

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil. (BRASIL, 2001, .89).

A educação inclusiva tem como finalidade assegurar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades no ensino regular, facilitando seu acesso para o desenvolvimento de suas habilidades intelectuais e que eles possam gozar de seus direitos dando continuidade em seus estudos até alcançar os níveis mais elevados de aprendizagem e de ensino.

Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho foi identificar os desafios para a inclusão social dos alunos com deficiência auditiva no sistema regular na educação infantil no ambiente escolar e fora dele, oferecendo dignidade, igualdade e participação.

Este trabalho contribuiu para viabilizar mudanças mais profundas no processo de inclusão em uma escola na rede pública incentivando e valorizando as limitações destas pessoas tão importantes que merecem todo o respeito da sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A evolução do atendimento escolar à pessoa com deficiência, nas últimas três décadas, tem pautada pela busca de maiores conhecimentos relacionados às novas práticas pedagógicas que possam, cada vez mais, auxiliar na inclusão adequada de alunos que dependem de apoio especial para avançar no seu processo de escolarização.

O distúrbio auditivo é certamente um tema de máxima relevância e entretenimento de toda a sociedade, seja em ambiente escolar ou não, porque é um tema que envolve pessoas em seu conhecimento e adaptação social. As pessoas com deficiência auditiva têm o direito e devem ser incluídas na sociedade.

Desse modo, este artigo pode-se comprovar que o ensino de Libras na educação infantil é muito importante na vida dessas crianças. Por tanto, devido às diferenças entre as crianças com deficiência auditiva, todas as crianças têm a mesma oportunidade de estudar no cotidiano da educação, mas todas devem ser respeitadas.

O direito de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um desenvolvimento na escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

A conclusão desta pesquisa despertou-nos para uma reflexão sobre a inclusão do aluno com deficiência auditiva no ensino regular, constatando que nem todos os professores são preparados adequadamente para trabalhar com crianças deficientes. Portanto, para que uma sociedade se torne mais justa e igualitária é necessário que se promova à inclusão das pessoas que são excluídas do processo social, e desse grupo fazem parte as pessoas com deficiência.

Este trabalho contribuiu para viabilizar mudanças mais profundas no processo de inclusão dos alunos na escola na rede de ensino regular, incentivando e valorizando as limitações destas pessoas tão importantes que merecem todo o respeito da sociedade.

## REFERENCIA

ALMEIDA, Maria de Fátima de Oliveira. **A importância da comunicação em Libras na vida das pessoas surdas**, 2012.

BRASIL. **Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.



BRASIL **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n o 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 4.024 de 1961.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n o 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: 2005.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Brasília: 2002.

DAMASIO, MF. **Educação escolar de pessoas com surdez: uma proposta inclusiva**. Campinas: Tese de Doutorado. 2005.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994.. Disponível em: . Acesso em: 20/04/2021.

FERNANDES, Sueli. **Educação bilíngüe para surdos: Trilhando caminhos para a prática pedagógica**. Curitiba: SEED/DEE, 2004.

FERNANDES, E. Língua de sinais e desenvolvimento cognitivo da criança surda. In: **Revista Espaço**. Rio de Janeiro: INES, 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 29 de jan. 2020.

JANNUZZI, G. S. M. A. **Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2004

JOHNSON, A. (1997). **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar.

PASSOS, Emília Moreira. **Ensino e aprendizagem de Libras na educação infantil**. Artigo científico. UNIBEM, 2012.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1997.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALERNO, M. M. **Historia dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da LIBRAS no Brasil, Educação Temática Digital** - Campinas, v.7, n.2, p.279- 289, junho 2006.